GUIA

Seguro, saúde e o que levar na mala

O seguro que o visto exige, o que o cartão de crédito não cobre, e a mala da primeira semana.

Para visto nacional, seguro não é “se der tempo”. É documento do consulado, no mesmo nível de antecedentes.

Dois seguros diferentes (não misture)

O número **30.000 €** vale para turismo / Schengen. Não é o teto do visto de morar. Confundir os dois é o erro que devolve o pedido e a taxa.

Situação — O que o governo pede — O que não passa

Turismo / até 90 dias no espaço Schengen — Seguro médico de viagem: urgência, hospital de emergência e repatriação, cobertura mínima de 30.000 €, válido em todo o espaço Schengen e em todo o período da estadia — Cartãozinho do banco sem apólice; seguro que só cobre o primeiro país; apólice que termina no meio da viagem

Visto nacional (estudar, nômade, não lucrativo, trabalho) — Seguro de doença público ou privado, com seguradora autorizada a operar na Espanha, cobrindo os mesmos riscos do sistema público (SNS, Sistema Nacional de Salud) — Seguro-viagem de 30.000 €, “pacote viagem” do cartão, plano brasileiro sem registro espanhol, apólice com carência, copago ou teto

Turismo / Schengen. Brasileiro não precisa de visto de turismo. O controle de fronteira (AENA, a empresa dos aeroportos) ainda pode pedir comprovante de seguro, volta e meios. A folha de vistos Schengen do consulado de São Paulo descreve o produto: repatriação por motivo médico ou morte, assistência de emergência e hospital de emergência, **mínimo 30.000 €** (ou equivalente), em todo o espaço Schengen, por toda a estadia. Se o visto Schengen for de entradas múltiplas, o seguro cobre a **primeira** viagem; o viajante se compromete a contratar de novo nas seguintes.

Visto nacional. Não serve o seguro-viagem de 30.000 €. A folha de visto de estudos em São Paulo e a de residência não lucrativa pedem a mesma fórmula: certificado de seguro de doença **público ou privado**, contratado com seguradora **autorizada a operar na Espanha**, cobrindo **todos os riscos** do sistema público espanhol. Original e cópia. Caminhos de visto: visto e residência.

A redação operacional de São Paulo está no PDF de requisitos de estudos: o seguro **não pode ser um seguro viagem**; tem de ser médico **sem carências, sem coparticipação de pagamento e sem limite de cobertura**; original e fotocópia **A4**; cobertura contínua **desde o dia do voo até o regresso ao Brasil**. (A

frase seguinte do PDF ainda usa “seguro de viagem” para falar das datas — o item 7 já deixou claro que o produto aceito é o médico.)

A seção consular em Brasília escreve o mesmo em outras palavras: sem copagamento e sem teto, **100%** das despesas médicas, hospitalares e extra-hospitalares; **o seguro de viagem não será aceito**. Cita, só como referência e sem exclusividade, companhias espanholas. Confira o checklist do **seu** consulado (São Paulo, Rio, Brasília e os demais cobrem estados diferentes) na lista da embaixada.

A Direção-Geral de Gestão Migratória (critérios de estada por estudos, RD 1155/2024) pede prestações semelhantes à carteira básica do SNS na Lei 16/2003, sem copago, reembolso nem carência. Se a apólice tiver teto, esse critério diz que o teto **não pode ser inferior a 30.000 €** — sem prejuízo da análise caso a caso. O consulado de São Paulo é **mais estrito** ("sem limite"). Protocolar em São Paulo com teto de 30.000 € é o atalho que o PDF rejeita.

Vídeo: Seguro viagem ou seguro saúde para a Espanha: qual o visto de estudos realmente pede

Como saber se a seguradora vale (DGSFP, passo a passo)

A Direção-Geral de Seguros e Fundos de Pensões (**DGSFP**, **Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones**) publica o registro de seguradoras. O PDF de requisitos de estudos em São Paulo manda buscar o nome no campo **Denominación → Que Contenga**. Se a empresa não aparecer, o PDF não entra no consulado. Marca famosa de "assistência viagem" brasileira quase nunca está nesse registro.

Faça a busca **você**, não confie só no corretor:

1. Abra rrpp.dgsfp.mineco.es. É o registro administrativo, em espanhol. Não precisa de login

2. No campo **Denominación**, escolha o operador **Que contenga** ("que contenha"). Não use o nome fantasia do produto nem o corretor brasileiro: use a **razão social** da seguradora, como está na primeira página da apólice

3. Aperte buscar. Clique no nome que aparecer para abrir a ficha. Confira se a entidade está **inscrita / autorizada** a operar, não em liquidação, baixa ou revogação de licença

4. O nome na apólice tem de ser **o mesmo** da ficha. "Operado por", "em parceria com" ou um CNPJ brasileiro no cabeçalho não substitui a denominação espanhola

5. Abra também a lista de sujeitos não autorizados. Se o nome estiver lá, o contrato é nulo

Estar no registro é o filtro **mínimo**, não o suficiente. Peça a **apólice completa** em A4 (original + cópia) e leia o certificado, não o comercial:

• Período contínuo cobrindo a estadia (em estudos em São Paulo: do voo ao regresso)

• Frase de equivalência ao sistema público / SNS, ou "sin copago / sin carencia / sin límite"

• Urgência, internamento e, quando o visto pedir, repatriação

• Nome da seguradora **igual** ao do registro DGSFP (não o corretor brasileiro)

Cartão de crédito, “pacote viagem” do banco e seguro que só vale 30 dias **não** passam no visto nacional. Familiar acompanhante de estudante, no PDF de São Paulo, usa **os mesmos critérios** do item 7.

Quanto custa, em ordem de grandeza

Não há preço oficial nem marca “do consulado”. A folha pede o **tipo** de produto (sem copago, sem carência, sem teto / equivalente ao SNS, seguradora autorizada na Espanha) — não uma companhia. O valor muda com idade, código postal, se paga o ano à vista e se inclui repatriação.

Na prática de 2026, pólizas de **saúde para visto** (não o seguro-viagem de 30.000 €) para gente **jovem / estudante** costumam cair na casa de **algumas dezenas de euros por mês** — com frequência algo como **40–80 €/mês**, o que no ano inteiro são **centenas de euros**. Residência **não lucrativa**, idade mais alta ou quadro médico mais largo sobe: não é raro passar de **80–150 €/mês**. Peça orçamento com a **data de nascimento** e a **data do voo**. O consulado quer cobertura **desde o embarque**; muita gente paga o primeiro ano de uma vez porque o certificado tem de cobrir o período do visto.

Desconfie de “a partir de 15 €” se o PDF do seu posto pede sin copago e sin límite: o barato costuma ser viagem, não saúde. Não use esta faixa como teto do visto — use para **orçar** antes de protocolar.

O que imprimir (e o que não basta)

O PDF de São Paulo pede **original e fotocópia em A4**. Não entregue só o cartão da carteira nem um print do aplicativo.

Imprima e leve na pasta:

1. **Certificado** (a carta curta) com nome, NIF/passaporte, datas de vigência, a frase sin copago / sin carencia / sin límite (ou equivalência ao SNS) e repatriação se o visto pedir

2. **Apólice** ou condições particulares — o documento longo, não o folder comercial

3. **Fotocópia A4** de tudo o que for original. Ordem: apostila e tradução, se o posto pedir, vêm **depois** do original; no seguro, original + cópia simples

4. PDF **offline** no telemóvel (e na nuvem). O Wi-Fi do aeroporto falha na hora do PDF

Não precisa protocolar o print da busca DGSFP, mas faça a busca **antes** de pagar. Se o nome da apólice não bater com o registro, troque o produto, não o envelope.

Vídeo: Seguro saúde para visto de residência na Espanha: dá para contratar do Brasil?

> **Atenção.** Se o PDF não disser sem copago / sem carência com clareza, não protocolize. Trocar a apólice depois do visto recusado custa a taxa consular de novo.

Atestado médico (quando o visto passa de 180 dias)

Não é check-up genérico nem "atestado de sanidade" de academia. O texto que o consulado quer é: você **não padece** de doença com impacto grave na saúde pública, segundo o **Regulamento Sanitário Internacional de 2005**.

Estudos acima de 180 dias. O PDF de São Paulo pede o **modelo anexo**, emitido por médico habilitado com **CRM legível**, **apostila de Haia** em cartório, original e cópia A4. Ordem: apostilar o **original** e só depois tirar cópia simples de **todo** o documento já apostilado. Estudante com pedido de **até 180 dias** está isento. O mesmo corte vale para antecedentes da Polícia Federal.

Residência não lucrativa, trabalho e outras residências longas. A folha de não lucrativa em São Paulo pede o atestado **sempre** (não há isenção de 180 dias nesse visto): original e cópia, apostilado, com a mesma frase do RSI 2005.

Como preencher. Faça no Brasil, com clínico que tenha firma reconhecida no cartório. A folha de estudos em Brasília detalha: médico brasileiro licenciado, CRM, assinatura reconhecida; depois autenticar, apostilar e **traduzir para espanhol**, a menos que use o **modelo bilíngue** do próprio consulado. O modelo do Rio de Janeiro é bilíngue, traz a frase do RSI 2005 e imprime **válido durante 90 dias**. Não invente prazo: baixe o modelo **do consulado que vai atender você** no dia em que for ao médico.

Cada acompanhante (cônjuge, filho) leva o **próprio** atestado. Leve o passaporte na consulta: o modelo pede o número. Apostila e pasta: guia de documentos. Lista do cartório: CNJ — Apostila da Haia.

> **Não pode.** Não protocolize atestado sem a frase do RSI 2005, sem CRM ou sem apostila no original. "Reconhecimento de firma" sozinho não substitui a apostila.

Saúde antes do voo

Faça um check-up e renove as receitas. Leve o remédio de uso contínuo na **mala de mão**, com receita e bula. Separe uma reserva extra para os primeiros meses: o equivalente espanhol do mesmo medicamento pode pedir outra receita. Farmácia de plantão na Espanha tem cruz vermelha 24 h; o caminho depois de pousar está em saúde nos primeiros meses.

Consulado e aeroporto: o que cada um pede

São filas diferentes. O consulado analisa o **visto**. A polícia de fronteira analisa a **entrada**. Não misture os envelopes.

No consulado (visto nacional). Vale o produto da tabela de cima: seguro de **doença**, seguradora no DGSFP, sem copago / sem carência / sem teto (São Paulo é explícito), original + cópia A4, datas do voo ao regresso. O funcionário compara o nome com o registro e lê o certificado. Sem isso o pedido nem entra. Turismo Schengen, se um dia precisar de visto, é o produto de **30.000 €** com repatriação — outro papel.

No aeroporto, com visto nacional já colado. O controle de fronteira (AENA) e o Interior olham passaporte **e** visto. Ainda podem perguntar motivo da viagem, onde vai ficar e meios. A apólice completa na pasta evita discussão se pedirem "condiciones de la estancia". Não é o mesmo checklist do consulado: não vão revalidar o DGSFP no balcão. Mesmo assim, **não despache** o original.

No aeroporto, como turista (brasileiro sem visto). Brasileiro não precisa de visto de turismo. A polícia **pode** exigir, se pedir:

• Passaporte em vigor (o Interior pede validade de **três meses após** a data prevista de saída)

• Justificativa do motivo e das condições da estadia (reserva, carta-convite oficial, matrícula, etc.)

• Meios econômicos: a fórmula do Interior é **10 % do salário mínimo interprofissional bruto por pessoa e dia**, com um **mínimo de 90 % do SMI** por pessoa, independentemente da duração. A folha publica o valor em euro vigente (atualiza com o SMI). Bilhete de volta nominativo, intransferível e fechado

• Não constar em proibição de entrada nem risco de saúde pública

Seguro de viagem de 30.000 € **não** está na lista curta da AENA como documento obrigatório para quem está isento de visto. Ainda assim, o produto Schengen (repatriação + urgência, todo o espaço Schengen, toda a estadia) é o que o consulado de São Paulo descreve — e é o que você mostra se perguntarem como vai pagar um hospital. Cartão de crédito sem apólice não substitui.

Não discuta com o policial "eu já entreguei no consulado". Mostre o papel. Fila da fronteira não é recurso.

Mala documental (bagagem de mão)

Originais **não** vão no porão. Se a mala despachada atrasar, o consulado já ficou no Brasil e a polícia de fronteira está **agora**. O que você precisa no desembarque está no assento da frente.

Monte **duas** pastas iguais (nuvem **offline** + envelope físico). Nomeie os PDFs com data (`2026-seguro-apolice.pdf`), não `scan(3).pdf`. O checklist antes de viajar fecha apostila, conta e eSIM. O guia de documentos detalha foto 32 × 26 mm, apostila e tradução.

Item — Porquê na cabine — Como levar

Passaporte + cópia da folha de dados e de todas as páginas carimbadas — Identidade e visto. Cópia se o original ficar retido uns minutos — Original no corpo; cópia no envelope

Visto colado ou, em turismo, passagem de volta fechada — O Interior pede bilhete nominativo de saída — PDF da companhia + impresso

Apólice completa + certificado + fotocópia A4 — Consulado já usou; fronteira e hospital ainda podem pedir — Original + cópia; PDF offline

Atestado e antecedentes apostilados, se o visto pediu — Imigração / TIE na Espanha ainda olham o original — Original + cópia; não dobre a apostila

Reserva de hotel, carta-convite oficial ou contrato dos primeiros dias — “Condiciones de la estancia” — Confirmação com nome, datas e morada

Meios econômicos — Fórmula do Interior (percentual do SMI). Cartão + extrato; a folha não aceita carta do banco nem extrato só da internet — Extrato recente impresso + cartão; um pouco de euro em espécie

Chip virtual já instalado e adaptador tipo F — Sem rede você não abre PDF nem chama um carro — No celular; adaptador na cabine. Guia de chip

Remédio contínuo + receita + bula — Até 3 meses, regra da AEMPS — Mala de mão; controlado pede autorização prévia

Não dependa do Wi-Fi do aeroporto para abrir o PDF do seguro.

Depois de pousar

Em emergência, ligue **112**. Urgência médica não emergencial em várias regiões também atende pelo **061**. O posto de saúde só entra depois do cadastro na prefeitura (**empadronamiento**) e da alta na previdência, conforme o seu status. Enquanto o cartão do sistema público não existe, o seguro do visto é o plano A. O caminho continua em saúde nos primeiros meses e primeiros 30 dias.

As fichas oficiais e os links .gob.es estão na versão online deste guia.